O DIRETOR,
Aprovo o Caderno de Encargos.

João Paulo Cancela Roque
CMG EMA

PROCEDIMENTO DE AJUSTE DIRETO

NPD 3020012702

AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE SUPORTE REDE VOIP CONFIDENCIAL

CADERNO DE ENCARGOS

CADERNO DE ENCARGOS

ARTIGO 1.º
OBJECTO

1. O presente caderno de encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência de um Ajuste Direto, que tem por objeto a aquisição dos serviços discriminados no Anexo A, pelo Ministério da Defesa Nacional – Marinha – Superintendência das Tecnologias da Informação – Direção de Tecnologias de Informação e Comunicações, doravante designado por contraente público.
2. Este procedimento foi autorizado por Despacho do Diretor de Tecnologias de Informação e Comunicações de **15 de junho de 2020**.

Artigo 2.º
CONTRATO

1. O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos, caso o contrato seja reduzido a escrito.
2. O contrato a celebrar integrará os seguintes elementos:
   a) Os suprimentos dos erros e das omissões do caderno de encargos identificados pelos concorrentes, desde que expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão a contratar;
   b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao caderno de encargos;
   c) O caderno de encargos e respetivos anexos;
   d) A proposta adjudicada;
   e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
3. Em caso de dúvida ou divergência entre os documentos acima referidos, prevalecem os documentos pela ordem indicada no número anterior.

Artigo 3.º
PRAZO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

1. O contrato inicia no primeiro dia útil após a assinatura do contrato, cessando no momento da prestação dos serviços, em conformidade com os respetivos termos e condições e o disposto na lei, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.
2. O contrato cessará quando forem quitadas todas as prestações.
3. A prestação dos serviços, deverá ser efetuada nos **prazos indicados nas propostas a apresentar pelas firmas**, após a receção do Pedido de Compra emitido pelo contraente público.

Artigo 4.º
OBRIGAÇÕES DO ADJUDICATÁRIO

1. Obrigação de prestação dos serviços identificados na sua proposta no prazo indicado no artigo anterior.
2. Obrigação de garantia dos serviços.
3. Obrigação de pagamento de todas as despesas decorrentes de prestação de cauções e do processo de fiscalização prévia pelo Tribunal de Contas, se aplicável.

4. Obrigação de manter o primeiro outorgante atualizado das contribuições perante a Segurança Social e as Finanças, através das respetivas declarações ou certidões, sem as quais não serão efetuados pagamentos.

Artigo 5.º

CONFORMIDADE E OPERACIONALIDADE DOS SERVIÇOS

1. O adjudicatário obriga-se a prestar ao contraente público os serviços objeto do contrato com as características, especificações e requisitos técnicos previstos no Anexo A, ao presente Caderno de Encargos, que dele faz parte integrante.
2. Os serviços objeto do contrato devem ser efetuados em perfeitas condições de serem utilizados para os fins a que se destinam e dotados de todo o material de apoio necessário à sua entrada em funcionamento.
3. É aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto na lei que disciplina os aspetos relativos aos serviços e das garantias a elas relativas, no que respeita à conformidade dos serviços.
4. O adjudicatário é responsável, perante o contraente público, por qualquer discrepância dos serviços objeto do contrato, que existam no momento em que os serviços lhe são prestados.

Artigo 6.º

PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS OBJECTO DO CONTRATO

1. Os serviços objeto do contrato devem ser efetuados conforme anexo A ao Caderno de Encargos, **no prazo constante da proposta adjudicada**.
2. O adjudicatário obriga-se a disponibilizar, simultaneamente com a prestação dos serviços objeto do contrato, toda a documentação que seja necessária para a boa e integral utilização daqueles.
3. Com a prestação dos serviços objeto do contrato, ocorre a transferência da posse e da propriedade daqueles para o contraente público, bem como o risco de deterioração ou perecimento dos mesmos, sem prejuízo das obrigações de garantia que impendem sobre o fornecedor, exceto quando se preveja a realização de testes de aceitação.
4. Todas as despesas e custos com o transporte dos serviços objeto do contrato e respetivos documentos para o local de entrega e, se aplicável, com a respetiva instalação são da responsabilidade do adjudicatário.

Artigo 7.º

DEVER DE SIGILO

1. O adjudicatário deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à atividade do contraente público, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
3. O dever de sigilo mantém-se mesmo após o cumprimento ou a cessação, por qualquer causa, do contrato.
4. Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo fornecedor ou que este seja legalmente

obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

Artigo 8.º
OBRIGAÇÕES DO CONTRAENTE PÚBLICO

1. Pela prestação dos serviços objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, o contraente público deve pagar ao adjudicatário o valor constante da proposta adjudicada, acrescida de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.
2. O valor referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente público, nomeadamente os relativos à prestação dos serviços objeto do contrato no respetivo local, bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.
3. O valor acima referido não pode, em caso algum, exceder o montante total definido como preço a pagar pela entidade adjudicante, conforme artigo 21º do presente Caderno de Encargos, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, considerado como parâmetro base do valor contratual.

Artigo 9.º
CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

1. As quantias devidas pelo contraente público, nos termos dos artigos anteriores, serão pagas dentro de **60 (sessenta)** dias após a receção pelo contraente público das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva.
2. Para os efeitos do número anterior, a obrigação considera-se vencida com a assinatura do auto de receção respetivo.
3. Em caso de discordância por parte do contraente público, quanto aos valores indicados nas faturas, deve este comunicar ao adjudicatário, no prazo de **8 (oito)** dias, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o adjudicatário obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida, em igual prazo.
4. Desde que devidamente emitidas e observado o disposto no ponto 1. do presente artigo, as faturas são pagas através de **Transferência Eletrónica.**
5. Não serão efetuados pagamentos antes da obtenção da Declaração de Conformidade ou Concessão de Visto pelo Tribunal de Contas, quando aplicável.

Artigo 10.º
MORA NO PAGAMENTO

1. O adjudicatário terá direito a juros de mora no pagamento das situações liquidadas e aprovadas, quando a mesma exceder **65 (sessenta e cinco)** dias a contar da data da aprovação da fatura.
2. O juro só será abonado ao adjudicatário desde que este o solicite expressamente em requerimento dirigido ao contraente público.
3. Se o atraso na realização de qualquer pagamento se prolongar por mais de **120 (cento e vinte)** dias, o adjudicatário terá direito à resolução do contrato.
4. Os prazos referidos no presente artigo só iniciam a sua contagem após a emissão dos documentos mencionados no ponto 5. do artigo anterior, quando aplicável.

Artigo 11.º

PENALIDADES CONTRATUAIS

1. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, o contraente público pode exigir do adjudicatário o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos seguintes termos:
   a) Nos 8 (oito) dias além do prazo fixado no n.º 3 do artigo 3º a penalidade será de 0,5%, por cada dia de atraso;
   b) Entre os 9 (nove) e os 30 (trinta) dias além do prazo fixado no n.º 3 do artigo 3º, a penalidade será de mais 1%, por cada dia de atraso;
   c) Após 31 (trinta e um) dias além do prazo fixado no n.º 3 do artigo 3º, a penalidade será de mais 1,5%, por cada dia de atraso.
2. A pena pecuniária, prevista para o incumprimento de acordo com o número anterior, será deduzida na fatura de liquidação do pedido de compra.
3. Em caso de resolução do contrato por incumprimento do adjudicatário, o contraente público pode exigir-lhe uma pena pecuniária até 5% do valor base do contrato.
4. Ao valor da pena pecuniária prevista no número anterior são deduzidas as importâncias pagas pelo adjudicatário ao abrigo do ponto 1. do presente artigo, relativamente aos serviços objeto do contrato cujo atraso na entrega tenha determinado a respetiva resolução.
5. Na determinação da gravidade do incumprimento, o contraente público tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do adjudicatário e as consequências do incumprimento.
6. O contraente público pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as penas pecuniárias devidas nos termos do presente artigo.
7. As penas pecuniárias previstas no presente artigo não obstam a que o contraente público exija uma indemnização pelo dano excedente.

Artigo 12.º

EXECUÇÃO DA CAUÇÃO

1. A caução prestada para bom e pontual cumprimento das obrigações decorrentes do contrato, nos termos do convite à apresentação de proposta, pode ser executada pelo contraente público, sem necessidade de prévia decisão judicial ou arbitral, para satisfação de quaisquer créditos resultantes de mora, cumprimento defeituoso, incumprimento definitivo pelo adjudicatário das obrigações contratuais ou legais, incluindo o pagamento de penalidades, ou para quaisquer outros efeitos especificamente previstos no contrato ou na lei.
2. A resolução do contrato pelo contraente público não impede a execução da caução, contando que para isso haja motivo.
3. A execução parcial ou total da caução referida nos números anteriores constitui o adjudicatário na obrigação de proceder à sua reposição pelo valor existente antes dessa mesma execução, no prazo de **10 (dez)** dias após a notificação do contraente público para esse efeito.
4. A caução a que se referem os números anteriores é liberada nos termos do artigo 295º do Código dos Contratos Públicos (CCP).

Artigo 13.º

FORÇA MAIOR

1. Não podem ser impostas penalidades ao adjudicatário, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
3. Não constituem força maior, designadamente:
   a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do adjudicatário, na parte em que intervenham;
   b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do adjudicatário ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
   c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo adjudicatário de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
   d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo adjudicatário de normas legais;
   e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do adjudicatário cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
   f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do adjudicatário não devidas a sabotagem;
   g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.
5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

Artigo 14.º

RESOLUÇÃO POR PARTE DO CONTRAENTE PÚBLICO

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na lei, o contraente público pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o adjudicatário violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, designadamente no caso de atraso superior a um mês na prestação dos serviços objeto do contrato ou declaração escrita do adjudicatário de que o atraso em determinada entrega excederá esse prazo.
2. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao adjudicatário e não determina a repetição das prestações já realizadas, a menos que tal seja determinado pelo contraente público e sem prejuízo do respetivo direito de indemnização e do pagamento pela parte, e apenas pela parte, do contrato executado até ao prazo estabelecido no número 3 do artigo 3º deste Caderno, pelo adjudicatário.

Artigo 15.º

RESOLUÇÃO POR PARTE DO ADJUDICATÁRIO

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos no art. 332º do CCP, o adjudicatário pode resolver o contrato quando:
   a) Qualquer montante, que lhe seja devido, esteja em dívida há mais de 180 (cento e oitenta) dias;
   b) O montante em dívida exceda 25% do preço contratual, excluindo juros.
2. O direito de resolução é exercido por via judicial.
3. Nos casos previstos do ponto 1. do presente artigo, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração enviada ao contraente público, que produz efeitos 30 (trinta) dias após a sua receção, salvo se esta última cumprir as obrigações em atraso durante esse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.
4. A resolução do contrato nos termos dos números anteriores não determina a repetição das prestações já realizadas pelo adjudicatário, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato, com exceção daquelas a que se refere o artigo 444.º do CCP.

Artigo 16.º

FORO COMPETENTE

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa, com expressa renúncia a qualquer outro.

Artigo 17.º

SUBCONTRATAÇÃO E CESSÃO DA POSIÇÃO CONTRATUAL

1. A subcontratação pelo fornecedor e a cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, nos termos do Código dos Contratos Públicos.
2. Sem prejuízo do disposto em matéria de cessão da posição contratual e de subcontratação, incumbe ao adjudicatário a exata e pontual execução das prestações contratuais, em cumprimento do convencionado, não podendo este transmitir a terceiros as responsabilidades assumidas perante o contraente público.

Artigo 18.º

COMUNICAÇÕES E NOTIFICAÇÕES

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do CCP, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.
2. Qualquer alteração das informações de conta constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.
3. As partes estão vinculadas pelo dever de colaboração mútua, designadamente no tocante à prestação recíproca de informações necessárias à boa execução do contrato.

Artigo 19.º

CONTAGEM DOS PRAZOS

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

Artigo 20.º

FISCALIZAÇÃO

1. Não obstante todos os direitos e deveres decorrentes do presente Caderno de Encargos o contraente público reveste-se dos poderes conferidos pelo artigo 302º do CCP.
2. O poder de fiscalização será exercido através dos serviços competentes do contraente público.

Artigo 21.º

PREÇOS

1. Para efeitos do presente procedimento o preço contratual é de **5.950,00 €** (quatro mil, novecentos e cinquenta euros), nos termos do art.º 97º do CCP.
2. O presente procedimento não tem definido preço ou custo anormalmente baixo, nos termos do n.º 2 do art.º 71º do CCP.

Artigo 22º

CONSULTA PRELIMINAR

No planeamento da presente contratação foi efetuada uma consulta preliminar, conforme informação pertinente constante no anexo B ao presente Caderno de Encargos, ao abrigo do art.º 35-A do CCP.

Artigo 23.º

LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

Em todos os aspetos não regulados no presente contrato, serão aplicáveis as normas do Código dos Contratos Públicos.

DIREÇÃO DE TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÕES

ANEXO A

ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA

PAQ N.º: 20047/DITIC

DATA: 03/06/2020

DIVISÃO/SECÇÃO: DAC/SAR

IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO/PROCESSO: DITIC-RCM-Wide Area Network/ Serviços Suporte Rede VOIP Confidencial

1. Objetivo

A presente Especificação Técnica (ET) tem por objetivo definir os requisitos técnicos e funcionais para a celebração de um contrato de manutenção destinado a dar suporte a equipamentos considerados vitais na Rede de Comunicações da Marinha (RCM), a considerar por um período de 12 meses.

2. Enquadramento

A RCM está edificada com recurso a tecnologia do fabricante Cisco e compreende uma infraestrutura que disponibiliza o serviço de VOZ IP numa rede Confidencial, assegurando a capacidade de comunicações de voz em ambiente classificado.

A referida rede é de importância vital para a missão operacional da Marinha, constituindo-se como uma capacidade essencial no exercício de Comando e Controlo.

Por forma a garantir a disponibilidade da rede ao nível das exigências da atividade operacional permanente da Marinha, torna-se necessário adquirir serviços de suporte que permitam alcançar o nível de *Service Level Agreement* (SLA) compatível com a necessidade de disponibilidade permanente dos serviços.

3. Requisitos técnicos e funcionais

3.1. Serviços a contratar

A reposição de qualquer módulo de hardware ou equipamento descriminados no ponto 3.2 em caso de avaria deve ser efetuado NBD, das 09:00h às 18:00h de Segunda a Sexta-feira.

As configurações dos equipamentos serão mantidas e disponibilizadas pela Marinha.

Deverá contemplar o fornecimento, sempre que disponível pela CISCO, de "*Minor and Major Upgrades*" ao software (Firmware, IOS ou Software Aplicacional) instalado nos equipamentos da Marinha.

3.2. Campo de aplicação

Os serviços a adquirir aplicam-se ao hardware abaixo listado e ao software que estiver instalado nos respetivos equipamentos e módulos:

REFERÊNCIA	DESCRIÇÃO	QT	Serial number
R-CBE6K-K9	Cisco Business Edition 6000 - Electronic SW Delivery-Top Level	1	
BE6K-PAK	Cisco Business Edition 6000 - PAK - Single Fulfillment	1	6861J5EF0AC
BE6S-SW-11.0	Business Edition 6000S v11 export restricted software	1	
LIC-SW-EXP-K9	License Key Software Encrypted	1	6858J50E681
UCXN-11X-SCPORTS	BE6K - Unity Connection 11x – VM Speech Connect Ports	2	
EXPWY-VE-C-K9	Cisco Expressway-C Server, Virtual Edition	2	
LIC-EXP-E	Enable Expressway-E Feature Set	2	
EXPWY-VE-E-K9	Cisco Expressway-E Server, Virtual Edition	2	
LIC-EXP-E-PAK	Expressway Series, Expressway-EPAK	1	6858J52B055
LIC-EXP-DSK	Expressway Desktop Endpoint License	50	
LIC-SW-EXP-K9	License Key Software Encrypted	1	6858J266778
SW-EXP-8.X-K9	Software Image for Expressway with Encryption, Version X8	4	
LIC-SW-EXP-K9	License Key Software Encrypted	1	6858J53720D
LIC-EXP-SERIES	Enable Expressway Series Feature Set	4	
LIC-EXP-GW	Enable GW Feature (H323-SIP)	4	
BE-11X-UCL-STR	BE6000 v11 UCL Starter licenses	1	
LIC-EXP-AN	Enable Advanced Networking Option	2	
BE6K-UXL-START	BE6K Starter Pack – Single Fulfillment Enforcement	1	
LIC-EXP-TURN	Enable TURN Relay Option	2	
BE6K-START-UCL35	BE6000 Starter Bundle with 35 UCL Enh and 35 vmail Licenses	1	
UCM-11X-ENH-UCL	BE6K UCM 11X Enhanced User Connect Lic - Single Fulfillment	15	
LIC-SW-EXP-K9	License Key Software Encrypted	1	6858J4A6E11
BE6K-UCL-ENH	Cisco Business Edition 6000 - Enhanced User Connect License	15	
UCSC-PSU1-770W	Cisco UCS 770W AC Power Supply for Rack Server	1	LIT20452U9P
BE6M-M4-K9	Cisco Business Edition 6000M Svr (M4), Export Restricted SW	1	FCH2045V1FY
R2XX-RAID5	Enable RAID 5 Setting	1	
BE6K-SW-10X11X-K9	Cisco Business Edition 6000 - Software App Version 10.X 11.X	1	
CIT-MR-1X162RU-A	16GB DDR4-2133-MHz RDIMM/PC4-17000/dual rank/x4/1.2v	1	S0DQA1064133BA D2ED
CIT-HD300G10K12G	300GB 12G SAS 10K RPM SFF HDD	1	Y6Q0A02AF8KC
CIT-HD300G10K12G	300GB 12G SAS 10K RPM SFF HDD	1	Y6Q0A04YF8KC
CAB-9K10A-EU	Power Cord, 250VAC 10A CEE 7/7 Plug, EU	1	
CIT-HD300G10K12G	300GB 12G SAS 10K RPM SFF HDD	1	Y6Q0A04XF8KC
CIT-MR-1X162RU-A	16GB DDR4-2133-MHz RDIMM/PC4-17000/dual rank/x4/1.2v	1	S0DQA1064133BA D92B
CIT-HD300G10K12G	300GB 12G SAS 10K RPM SFF HDD	1	Y6Q0A01YF8KC
CIT-PSU1-770W	770W AC Hot-Plug Power Supply for 1U C-Series Rack Server	1	LIT20433LLR
CIT-HD300G10K12G	300GB 12G SAS 10K RPM SFF HDD	1	Y6Q0A01JF8KC
CIT-CPU-E52630D	2.40 GHz E5-2630 v3/85W 8C/20MB Cache/DDR4 1866MHz	1	35612024A0249

REFERÊNCIA	DESCRIÇÃO	QT	Serial number
CIT-MRAID12G-1GB	Cisco 12Gbps SAS 1GB FBWC Cache module (Raid 0/1/5/6)	1	LSK203702UN
CIT-HD300G10K12G	300GB 12G SAS 10K RPM SFF HDD	1	Y6Q0A04CF8KC
VMW-VS6-HYPPLS-K9	Embedded License, Cisco UC Virt. Hypervisor Plus 6.x (2-cpu)	1	
CIT-MRAID12G	Cisco 12G SAS Modular Raid Controller	1	LSK203900O1
KEY-UCM-ADMIN2-K9	CUCM Admin Security Token, 7.1 or Newer	1	FTX2051W0N1
KEY-UCM-ADMIN2-K9	CUCM Admin Security Token, 7.1 or Newer	1	FTX2051W0N3
KEY-UCM-ADMIN2-K9	CUCM Admin Security Token, 7.1 or Newer	1	FTX2051W0N5
KEY-UCM-ADMIN2-K9	CUCM Admin Security Token, 7.1 or Newer	1	FTX2051W0N2
KEY-UCM-ADMIN2-K9	CUCM Admin Security Token, 7.1 or Newer	1	FTX2051W0N6
CP-8845-K9	Cisco IP Phone 8845	1	PUC20448LTH
CP-8845-K9	Cisco IP Phone 8845	1	PUC20448LSO
CP-8845-K9	Cisco IP Phone 8845	1	PUC20448LSL
CP-8845-K9	Cisco IP Phone 8845	1	PUC20448LSI
CP-8845-K9	Cisco IP Phone 8845	1	PUC20448LRS
CP-7975G	Cisco UC phone 7975, Gig Ethernet, Color, spare	1	FCH2041G566
CP-7975G	Cisco UC phone 7975, Gig Ethernet, Color, spare	1	FCH2041G55F
CP-7975G	Cisco UC phone 7975, Gig Ethernet, Color, spare	1	FCH2041G55D
CP-7975G	Cisco UC phone 7975, Gig Ethernet, Color, spare	1	FCH2041G55C
CP-7975G	Cisco UC phone 7975, Gig Ethernet, Color, spare	1	FCH2041G51C
CP-7975G	Cisco UC phone 7975, Gig Ethernet, Color, spare	1	FCH2041G4H2
CP-7975G	Cisco UC phone 7975, Gig Ethernet, Color, spare	1	FCH2041G4GG
CP-7975G	Cisco UC phone 7975, Gig Ethernet, Color, spare	1	FCH2041G4FG
CP-7975G	Cisco UC phone 7975, Gig Ethernet, Color, spare	1	FCH2041G4FD
CP-7975G	Cisco UC phone 7975, Gig Ethernet, Color, spare	1	FCH2041G4GS
CP-7821-K9	Cisco UC Phone 7821	1	WZP20350LVI
CP-7821-K9	Cisco UC Phone 7821	1	WZP20350LQN
CP-7821-K9	Cisco UC Phone 7821	1	WZP20350LQ3
CP-7821-K9	Cisco UC Phone 7821	1	WZP20350LPV
CP-7821-K9	Cisco UC Phone 7821	1	WZP20350LPQ
CP-7821-K9	Cisco UC Phone 7821	1	WZP20350LPH
CP-7821-K9	Cisco UC Phone 7821	1	WZP20350LP8
CP-7821-K9	Cisco UC Phone 7821	1	WZP20350LP5
CP-7821-K9	Cisco UC Phone 7821	1	WZP20350LOD
CP-7821-K9	Cisco UC Phone 7821	1	WZP20350HWR
CP-7821-K9	Cisco UC Phone 7821	1	WZP20350LYV
CP-7821-K9	Cisco UC Phone 7821	1	WZP20350LXA
CP-7821-K9	Cisco UC Phone 7821	1	WZP20350LUO
CP-7821-K9	Cisco UC Phone 7821	1	WZP20350LTG
CP-7821-K9	Cisco UC Phone 7821	1	WZP20350LTF
CP-7821-K9	Cisco UC Phone 7821	1	WZP20350LT9
CP-7821-K9	Cisco UC Phone 7821	1	WZP20350LT8
CP-7821-K9	Cisco UC Phone 7821	1	WZP20350LSZ
CP-7821-K9	Cisco UC Phone 7821	1	WZP20350LS6
CP-7821-K9	Cisco UC Phone 7821	1	WZP20350LPB

Tabela 1 – Equipamento e software alvo de suporte

3.3. Condições específicas de fornecimento

a) É obrigatória a entrega de um compromisso de confidencialidade comprometendo-se a firma e os seus agentes a não divulgar a terceiros qualquer conhecimento obtido, sobre detalhes das tecnologias e informações que tenham tido acesso na instalação, sem o consentimento da Marinha. Esta imposição mantém-se mesmo após a conclusão da prestação deste serviço de manutenção.

b) É obrigatório o fornecimento de uma lista atualizada dos contactos da empresa prestadora do serviço, bem como a identificação dos técnicos nomeados para os vários serviços.

c) Deve ser fornecida a informação da ordem de compra para efeitos de registo na Cisco Smart Account da Marinha.

3.4. Locais de intervenção

Todos os equipamentos encontram-se a funcionar em vários estabelecimentos da Marinha, localizados nos concelhos de Lisboa e Almada.

4. Certificação e garantia

A garantia deve cobrir integralmente todos os itens de hardware e software e vigorar durante o período de doze meses a contar da data do término dos contratos atualmente em vigor para cada item constante da tabela.

Chefe Divisão

DIREÇÃO DE TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÕES

ANEXO B

CONSULTA PRELIMINAR

Os serviços tidos em conta para a consulta preliminar, foram os constantes no anexo A ao presente Caderno de Encargos, quer em termos técnicos, quer quantitativos.

EMPRESA		DATA PROPOSTA	NÚMERO PROPOSTA	VALOR PROPOSTA
NICP	DESIGNAÇÃO			
500074372	AXIANS PORTUGAL	-	-	5.950,00 €